



**PAUTA
PARA A 68ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 22 DE MAIO DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2018, de autoria do deputado Coronel Telhada. Altera o inciso XIII do artigo 1º da Lei Complementar nº 494, de 1986, que dispõe sobre a instituição de série de classes policiais civis no Quadro da Secretaria da Segurança Pública, transformando o cargo de Auxiliar de Papiloscopista Policial em Datiloscopista Policial.

2 - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2018, de autoria do Tribunal de Contas. Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual de que trata o reajuste das escalas de classes de cargos e vencimentos dos servidores do Quadro do Tribunal de Contas do Estado.

3 - Moção nº 29, de 2018, de autoria do deputado Coronel Telhada. Aplauda os servidores públicos José Airton Vasconcelos de Araujo e 2º Sgt. PM André Luis Soares Sampaio pelo solícito atendimento prestado aos municípios paulistas no esclarecimento de procedimentos e orientação sobre o direito de utilização de bens apreendidos na prevenção do uso indevido, na repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 330, de 2018, de autoria do deputado Sebastião Santos. Acrescenta o item 9 ao § 1º do artigo 1º da Lei nº 11.258, de 2002, que dispõe sobre os serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de estudantes.

2 - Projeto de lei nº 331, de 2018, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Altera a Lei nº 15.179, de 2013, que garante as pessoas idosas, maiores de 60

anos, gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros de característica rodoviária convencional.

3 - Projeto de lei nº 332, de 2018, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre o fornecimento de insumos na rede pública estadual do Sistema Único de Saúde - SUS.

4 - Moção nº 28, de 2018, de autoria do deputado Roberto Massafera. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a elaboração de estudos e a adoção de providências com o intuito de que haja a inclusão da disciplina Educação e Segurança no Trânsito na grade curricular do ensino fundamental e médio em todo o país.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 2018, de autoria do deputado Coronel Camilo. Altera o "caput" do artigo 17 do Decreto-Lei nº 260, de 1970, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado.

2 - Projeto de lei nº 328, de 2018, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dá a denominação de "Professor Norival Vieira da Silva" à Escola Estadual Recanto dos Pássaros, em Ourinhos.

3 - Projeto de lei nº 329, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o apostilamento de títulos das carreiras de praças da Polícia Militar do Estado ao posto de 2º Tenente.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2018, de autoria do deputado Edmir Chedid. Susta a Resolução ST - 7, de 23 de abril, de 2018, que estabelece prazo para envio de documentação de que trata o §3º do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril, de 2015.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 323, de 2018, de autoria do deputado Coronel Telhada. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos São Pedro Julião Eymard - ASPE", em São Carlos.

2 - Projeto de lei nº 324, de 2018, de autoria da deputada Clélia Gomes. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Feira AgroArt", em Elias Fausto.

3 - Projeto de lei nº 325, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Torna obrigatória a presença de equipe de prevenção e resposta a emergências

nos quadros das empresas contratadas para prestação de obras e realização de serviços ao poder público estadual.

4 - Projeto de lei nº 326, de 2018, de autoria do deputado Ed Thomas. Classifica Álvares Machado como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 327, de 2018, de autoria do deputado Márcio Camargo. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Celebração do Vesak, no Templo Zu Lai, em Cotia.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 317, de 2018, de autoria do deputado José Zico Prado. Dá a denominação de "Professora Adélia Cristina Borgato Gryszczenko" à Escola Estadual Residencial São José, em Paulínia.

2 - Projeto de lei nº 318, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa do Pastel", em Dobrada.

3 - Projeto de lei nº 319, de 2018, de autoria do deputado Gilmar Gimenes. Isenta do pagamento da anuidade dos conselhos profissionais os recém-formados com até doze meses da graduação que não estejam exercendo a respectiva profissão.

4 - Projeto de lei nº 320, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-10 "Ministro Fernando Costa", em Ubatuba.

5 - Projeto de lei nº 321, de 2018, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Dá a denominação de "Zulmiro Marques Assumpção" à rotatória localizada no km 236 da Rodovia Professor Boanerges Nogueira de Lima - SP 340, em Casa Branca.

6 - Projeto de lei nº 322, de 2018, de autoria do deputado Márcio Camargo. Declara o templo budista Zu Lai, localizado em Cotia, como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

11ª Sessão

Projeto de lei nº 273, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2016, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC- 008568/026/06, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a empresa Ainyl - Soluções Ltda.

2 - Moção nº 15, de 2018, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela ao Senhor Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes a elaboração de Projeto de Lei vislumbrando a inclusão das contribuições realizadas em favor de entidades não lucrativas que tenham por finalidade a proteção dos animais no rol de contribuições passíveis de serem deduzidas do imposto de renda apurado, especificamente elencadas no artigo 12 da Lei Federal n.º 9.250, de 1995.